

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

2

O PROCESSO CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA	29
2.1 As “ações de família” no código de processo civil.....	30
2.1.1 Discussões legislativas que antecederam o CPC/2015.....	36
2.1.2 O “procedimento especial” das ações de família.....	39
2.1.3 Para além do procedimento especial	52
2.2 Desvendando a “flexibilidade procedimental” das ações de família...	66

3

O ATUAL REGIME DE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO CIVIL	75
3.1 A participação no processo civil contemporâneo	75
3.1.1 Notas sobre a relação jurídica processual	76
3.1.2 Notas sobre a formação subjetiva do processo	81
3.2 Partes	83
3.3 Litisconsórcio	91
3.3.1 Quanto à posição: ativo, passivo e simultâneo.....	97
3.3.2 Quanto ao momento de formação: inicial e ulterior	98
3.3.3 Quanto à obrigatoriedade: facultativo e necessário.....	100

3.3.4	Quanto aos efeitos: simples e unitário.....	107
3.4	Intervenção de terceiros	113
3.4.1	Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	118
3.4.2	Denúnciação da lide	123
3.4.3	Chamamento ao processo	127
3.4.4	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	132
3.4.5	<i>Amicus curiae</i>	137
3.5	Insuficiência do modelo de participação atual	141

4

A PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE FAMÍLIA..... 149

4.1	Desenvolvimento metodológico do processo.....	150
4.2	A instrumentalidade metodológica do processo	156
4.3	Metodologia da pesquisa jurisprudencial.....	158
4.4	Identificação das modalidades de participação nos diferentes processos de família.....	162
4.5	Apresentação dos resultados.....	163
4.5.1	Processos de divórcio ou de dissolução de união estável.....	163
4.5.1.1	Hipóteses de formação – ou de dispensa – do litisconsórcio ativo necessário	166
4.5.1.1.1	Propositura de ação em que se discuta a situação de imóvel adquirido ao longo do relacionamento	168
4.5.1.1.2	Conclusões parciais.....	173
4.5.1.2	Hipóteses de formação – ou de dispensa – do litisconsórcio passivo necessário	174
4.5.1.2.1	Existência de interesse de uma instituição financeira em questão decorrente do término do relacionamento conjugal	175
4.5.1.2.2	Existência de interesse de empresas e/ou de seus sócios sendo discutido no processo de divórcio ou de dissolução de união estável de um dos sócios.....	176
4.5.1.2.3	Ações de reconhecimento de união estável post mortem ou de união estável mantida com pessoa casada	177
4.5.1.2.4	Disputas sobre a propriedade imobiliária..	181

4.5.1.2.5	Partilha de construção realizada sobre imóvel de terceiro	183
4.5.1.2.6	Temas processuais diversos.....	185
4.5.1.2.7	Conclusões parciais.....	185
4.5.1.3	Caráter personalíssimo da ação de término da conjugalidade	186
4.5.1.4	Hipóteses de intervenção do Ministério Público	188
4.5.1.5	Hipóteses de intervenção de terceiros <i>stricto sensu</i>	189
4.5.2	Processos de guarda e/ou de fixação de convivência	192
4.5.2.1	Necessidade – ou não – de que os filhos figurem em algum dos polos da ação de fixação de guarda e/ou de regulamentação de convivência	194
4.5.2.2	Situações em que a guarda é exercida por outros familiares – que não os genitores	197
4.5.2.3	Interesse apto a legitimar a assistência	199
4.5.2.4	Obrigatoriedade da participação do Ministério Público	201
4.5.3	Processos de alimentos	202
4.5.3.1	Alimentos devidos pelos genitores.....	204
4.5.3.2	Alimentos pleiteados por descendente maior de idade.....	206
4.5.3.3	Alimentos intuitu familiae	207
4.5.3.4	Alimentos na multiparentalidade	209
4.5.3.5	Alimentos avoengos	210
4.5.3.6	Hipóteses de intervenção do Ministério Público	219

5

POR UM NOVO REGIME DE PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE FAMÍLIA 223

5.1	Caracterização tradicional do interesse que viabiliza a participação no processo civil brasileiro	224
5.2	Modalidades de interesse identificadas nos processos de direito de família.....	230
5.2.1	Interesse contratual.....	238
5.2.2	Interesse societário.....	239
5.2.3	Interesse previdenciário.....	240

5.2.4 Interesse sucessório	242
5.2.5 Interesse patrimonial	243
5.2.6 Interesse financeiro / econômico.....	244
5.2.7 Interesse moral / afetivo.....	245
5.2.8 Conclusões parciais.....	247
5.3 Zonas de interesse nos processos de família	247
5.4 Proposta de tese: modelo de participação aplicável aos processos de família.....	261
5.4.1 Análise dos critérios propostos.....	263
5.4.2 Testagem dos critérios.....	273
CONCLUSÃO	281
REFERÊNCIAS	289
LISTA DE DECISÕES REFERENCIADAS	304